



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 5ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Extraordinária

1 Ao nono dia do mês de abril de dois mil e vinte, às dezessete horas, iniciou-se a quinta
2 plenária, em caráter extraordinário e realizada virtualmente, do décimo oitavo plenário
3 do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião: Adinete Souza da
4 Costa Mezzalira, Ana Paula Soares da Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde
5 Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos,
6 Célia Zenaide da Silva, Dalcira Pereira Ferrão, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel
7 Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Losiley Alves Pinheiro, Maria de
8 Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena
9 Alves, Neuza Maria De Fátima Guareschi, Norma Celiane Cosmo, Rodrigo Acioli
10 Moura e Tahiná-Khan Lima Vianey. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
11 começa a reunião saudando as¹ participantes, e lembrando que no dia dezessete de abril
12 acontecerá, conforme planejado, a plenária ordinária, mas por meio virtual. Ana Sandra
13 informa que Robenilson Moura Barreto e Alessandra Santos de Almeida não puderam
14 participar por motivos de força maior e que, Fabián Javier Marín Rueda, não participará
15 por motivo de doença na família. As justificativas foram aceitas pelo plenário. Ana
16 Sandra ainda pede ao plenário que nos próximos dias todas as demandas da área de
17 comunicação sejam direcionadas a ela, pois Luana Spinillo, Gerente de Comunicação
18 está afastada de suas atividades por uma semana, por motivos de saúde. **1.**
19 **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CFP.** Ana Sandra Fernandes Arcoverde
20 Nóbrega comenta que ela não fará a leitura do relatório das atividades, que é bastante
21 extenso, uma vez que ele foi enviado a todas. Ela sugere que, quem ainda não tenha
22 lido, faça a leitura, e caso tenha dúvidas, faça os questionamentos no grupo do plenário,
23 para que elas sejam sanadas. **Encaminhamentos:** não houve. **2. ENVIO DE DADOS**
24 **AO MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega informa
25 ao plenário que no dia sete de março de dois mil e vinte, o Conselho Federal de
26 Psicologia enviou ao Ministério da Saúde uma listagem com nome, CPF e município de
27 residência de todas as psicólogas cadastradas no Sistema Conselhos, conforme
28 solicitado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 639/2020, que prevê o
29 cadastramento e capacitação de profissionais da área de saúde para o enfrentamento à
30 pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Miraci Mendes, coordenadora geral do

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

31 CFP, destaca que o arquivo enviado pelo Ministério da Saúde à área de tecnologia da
32 informação do CFP, para remessa do banco de dados da Psicologia veio corrompido, e
33 que por esse motivo o arquivo não foi transmitido ainda, mas ressalta que a equipe de
34 tecnologia está em contato com o Ministério da Saúde para solucionar esse problema.
35 **Encaminhamentos:** não houve. **3. EDITAL DE EVENTOS 2020.** Ana Sandra
36 Fernandes Arcoverde Nóbrega consulta o plenário sobre a possibilidade de cancelar a
37 ação de Apoio a Eventos, programada para o ano de dois mil e vinte, em função das
38 consequências operacionais ocasionadas pela pandemia do Coronavírus, como:
39 instabilidade financeira, cancelamentos de voos e fechamentos de hotéis pelo Brasil,
40 uma vez que o apoio do CFP se dá por meio da compra de passagens aéreas e
41 hospedagens. Dalcira Ferrão sugere que o montante que seria disponibilizado para esta
42 ação no ano de dois mil e vinte fique acumulado para o ano de dois mil e vinte e um.
43 Norma Celiane Cosmo pondera que esse acúmulo não é possível, considerando que
44 existe uma expectativa, confirmada por algumas projeções, de que haverá uma retração
45 na contribuição das anuidades aos conselhos de forma geral, no mínimo até setembro de
46 dois mil e vinte, especialmente no que diz respeito à da Cota Parte. Norma sugere que
47 esse montante não fique vinculado desde já a uma ação, uma vez que é bem incerto o
48 cenário do próximo ano. **Encaminhamentos:** a) aprovado o cancelamento desta ação
49 para dois mil e vinte, por unanimidade; b) justificar à categoria as razões que
50 motivaram o CFP a postergar a realização do edital de eventos; c) quando for pautado
51 para o plenário o lançamento da ação de Edital de Evento para dois mil e vinte e um,
52 pautar junto dele, um debate sobre essa questão do acúmulo ou não do valor que seria
53 destinado a dois mil e vinte. **4. INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº 1 e Nº 2.** Ana
54 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega relembra ao plenário que nos dias dezoito de
55 março de dois mil e vinte e no dia oito de abril de dois mil e vinte foram publicadas,
56 pelo CFP, no Diário Oficial as Instruções Normativas nº 1 e nº 2. A primeira dispõe
57 sobre a suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho
58 Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia e a segunda prorroga o
59 prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho
60 Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Ela menciona que
61 essas duas portarias foram aprovadas pela diretoria, ad referendum, para garantir o
62 funcionamento administrativo do Sistema Conselhos, mas que elas precisam ser
63 oficialmente aprovadas por todas as conselheiras do XVIII Plenário. Ana Sandra
64 relembra que essas resoluções são provisórias, e que vale apenas para o período da
65 pandemia. **Encaminhamentos:** Instruções Normativas nº 1 e nº 2 aprovadas por
66 unanimidade. **5. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - DISPÕE**
67 **SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA ANUIDADE DO**
68 **EXERCÍCIO 2020.** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega informa que no dia
69 vinte e cinco de março de dois mil e vinte foi publicada no Diário Oficial a Resolução
70 nº 3, que dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade do exercício de dois
71 mil e vinte, em função da pandemia. Ela menciona que essa resolução foi feita pelo
72 CFP em parceria com os tesoureiros dos vinte e quatro conselhos regionais, depois de

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

73 um levantamento minucioso das condições financeiras de cada um deles. Ana Sandra
74 relembra que as resoluções devem ser aprovadas pelo Plenário do CFP, e que essa foi
75 discutida no grupo do plenário do whatsapp, mas que esse meio não tem valor legal nem
76 regimental. Assim essa resolução foi aprovada pela diretoria, ad referendum, e agora
77 precisa ser oficialmente aprovada por todas as conselheiras do XVIII Plenário. Ana
78 Sandra relembra que essa resolução é provisória, e que vale apenas para o período da
79 pandemia. **Encaminhamentos:** Resolução nº 3 referendada por unanimidade pelo
80 plenário. **6. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2020.** Ana Sandra
81 Fernandes Arcoverde Nóbrega informa que no dia trinta de março de dois mil e vinte foi
82 publicada no Diário Oficial a Resolução nº 4, que dispõe sobre a regulamentação de
83 serviços psicológicos prestados por meio de tecnologia da informação e da
84 comunicação. Ela menciona que essa resolução veio em substituição à 011/2018, válida
85 apenas durante o período da pandemia do COVID-19. Ana Sandra destaca os pontos
86 alterados na 011/2018, que deram vida à Resolução nº 4/2020. Ana Sandra relembra que
87 essas resoluções são provisórias, e que vale apenas para o período da pandemia.
88 **Encaminhamentos:** Resolução nº 4 referendada por unanimidade pelo plenário. **7.**
89 **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 07 DE ABRIL DE 2020.** Ana Sandra Fernandes Arcoverde
90 Nóbrega informa que o CFP foi muito acionado, desde o início da pandemia, para dar
91 uma solução aos pedidos de novas inscrições, uma vez que os regionais estão fechados,
92 e as novas inscrições só podem ser solicitadas presencialmente. Em função dessa
93 demanda, Ana Sandra registra que no dia oito de abril de dois mil e vinte, foi publicada
94 no Diário Oficial a Resolução nº 5, que alterou, em caráter temporário e em regime de
95 urgência, a Resolução CFP nº 003/2007 e a Resolução CFP nº 016/2019, a fim de
96 possibilitar o atendimento administrativo on line, das demandas da categoria, em razão
97 das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da COVID-19. Leomar Santana, gerente
98 do Setor de Tecnologia da Informação do CFP, informa que o novo sistema de gestão
99 cadastral, financeiro, processos e fiscalização, que já está sendo implantado, o BRC, já
100 possui um módulo de pré-cadastro, que permite a realização de inscrição on-line, por
101 meio do qual o futuro profissional pode fazer up-load dos documentos. Ana Sandra
102 relembra que essas resoluções são provisórias, e que vale apenas para o período da
103 pandemia. **Encaminhamentos:** Resolução nº 5 referendada por unanimidade pelo
104 plenário. **8. SOLICITAÇÃO DE PRAZOS PARA PAGAMENTO DE**
105 **PARCELAS DE EMPRÉSTIMO.** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
106 informa ao plenário que no final da gestão do XVII Plenário, houve um pedido de
107 empréstimo do CRP 13 ao CFP. Ana Sandra comenta que a liberação do empréstimo,
108 na época, ficou condicionada a uma inspeção do CFP nas contas do CRP 13, para
109 averiguar o que realmente estava acontecendo. Ela comenta que no início de abril de
110 dois mil e vinte, o CRP 13 enviou um ofício ao CFP pedindo que o pagamento da
111 terceira, quarta e quinta parcelas sejam efetuados à partir do dia trinta de junho de dois
112 mil e vinte, como também o pagamento da cota única sem multas e juros, em razão da
113 pandemia do novo Coronavírus e, ainda, considerando a publicação da Resolução
114 001/2020 do CRP-13, que autoriza a prorrogação das datas de pagamentos das

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

115 anuidades das Pessoas Físicas e Jurídicas do exercício de dois mil e vinte, a fim de
116 manter a saúde e o equilíbrio financeiro do Regional. Miraci Mendes e Norma Celiane
117 relembram que esse não é o único CRP que possui empréstimo com o CFP, e que a
118 tendência é que os outros também façam solicitações parecidas ao CFP.
119 **Encaminhamentos:** O Plenário autorizou a prorrogação do pagamento do empréstimo
120 pelo CRP-13. **9. GT DE TI SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO BRC.** Norma Celiane
121 Cosmo contextualiza ao plenário sobre o andamento da tarefa delegada ao Grupo de
122 Trabalho de Tecnologia da Informação, incumbido pela APAF de acompanhar o
123 processo de implantação do novo sistema de gestão cadastral, financeiro, processos e
124 fiscalização, o BRC Conselhos, em todo o Sistema Conselhos de Psicologia. Ela destaca
125 que a empresa que venceu a licitação foi a BR Conselhos, e que o BRC substituirá o
126 Siscaf, da Implanta Informática, utilizado até então. Norma explana brevemente as
127 funcionalidades que esse novo sistema possui. Norma menciona, ainda, todas as outras
128 atividades que estão sendo desempenhadas por este GT, como o workshop realizado no
129 CRP 08 entre os dias nove e onze de março que apontou oitenta e duas pendências no
130 sistema; que a empresa fez os ajustes, e após quatro reuniões com os técnicos do GT de
131 TI a etapa de parametrização foi finalizada; que os dados do CRP 08 foram totalmente
132 migrados do SISCAF para o BRC; que a homologação final do sistema neste regional
133 ocorrerá entre os dias treze e dezessete de abril; que o treinamento no CRP 08 ocorrerá
134 de forma remota entre os dias vinte e dois e vinte e quatro de abril; que o CFP e o
135 regional estão verificando a possibilidade de gravar e disponibilizar para os demais
136 CRs; que o início da utilização do novo sistema no Paraná está prevista para vinte e sete
137 de abril; que a empresa BR Conselhos iniciou os trabalhos de implantação nos CRs: DF,
138 MG, RJ, GO, MS e ES; que apesar dos esforços realizados em realizar a implantação do
139 novo sistema de forma remota, não será possível concluir a instalação em todos os
140 regionais até o final de julho de dois mil e vinte, conforme previa o cronograma e ainda
141 que o GT está recomendando que os CRs renovem os contratos com a Implanta
142 Informática com cláusula de rescisão amigável. **Encaminhamentos:** não houve. **10.**
143 **GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMA.** Katya Luciane de
144 Oliveira informa que nessa semana houve a segunda reunião do Grupo de Trabalho de
145 Avaliação Psicológica para a concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. Ela
146 relembra que esse GT foi constituído na APAF de maio de 2019 e é composto pelo CFP
147 e pelos CRPs 01, 07, 16, 20 e 21, e que o objetivo do GT é discutir sobre normas e
148 regras da avaliação psicológica para a concessão de registros/porte de armas de fogo.
149 Katya Luciane menciona que existe um Projeto de Lei tramitando no Senado, o
150 3723/2019, que altera a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e
151 comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas -
152 Sinarm e define crimes. A conselheira destaca que os pontos mais preocupantes desse
153 PL é o fato de que a condição da avaliação psicológica foi suprimida e o fato de
154 estenderem por dez anos o prazo para a renovação da permissão. Katya comenta que no
155 dia quatro de março o CFP foi convidado para uma audiência pública, para discutir a
156 questão da avaliação psicológica para o uso e/ou porte de armas, mas que por causa da

¹ **No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

157 pandemia ela não aconteceu. Ela menciona que, mesmo não tendo acontecido, o GT irá
158 se reunir com a participação da Cleonice Dorneles, da Assessoria Parlamentar do CFP,
159 para produção de um documento que será utilizado como subsídio numa próxima
160 audiência, defendendo a permanência da avaliação psicológica, bem como a diminuição
161 do período de renovação dessa concessão. Katya menciona, também, que o GT já está
162 em contato com algumas psicólogas da Polícia Federal para fazerem uma reunião virtual
163 a fim de debaterem esse assunto. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos relembra que esse
164 foi um ponto de campanha do atual Presidente da República e sugere que o CFP procure
165 aliados, para fazer uma frente mais ampla nessa luta, pela não liberação do uso de
166 armas, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional
167 dos Bispos do Brasil), Instituto Sou da Paz, entre outros. Norma Celiane Cosmo levanta
168 sua preocupação em relação ao uso de armas de fogo pela Guarda Municipal das
169 cidades em geral. Norma sugere que seja inserido nesse documento, que está sendo
170 produzido pelo GT, uma estatística das mortes de mulheres, feminicídios, por armas de
171 fogo. Ela menciona, ainda, que no estado dela foi aberto um concurso com inúmeras
172 vagas para Guarda Municipal sem a exigência de avaliação psicológica para esse
173 concurso. Miraci Mendes menciona que é possível fazer um levantamento de entidades
174 que podem ser acionadas para articular essa frente. Izabel Augusta Hazin Pires pergunta
175 se o GT está se apropriando e debatendo a respeito desse novo estatuto do porte de
176 armas. Katya Luciane de Oliveira informa que o GT foi estabelecido com um objetivo
177 pontual, que não abarca esse estatuto. Izabel Augusta Hazin Pires questiona se o
178 objetivo do GT pode ser estendido. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega relembra
179 que o plenário não pode alterar a tarefa do GT, que apenas a APAF pode fazer isso,
180 considerando que ele é um GT da APAF. Ana Sandra sugere que seja feita a criação de
181 um GT do CFP, para fazer ações, articulações e ampliação do debate a respeito desse
182 assunto. Rodrigo Acioli Moura relembra que o ponto do Regimento Eleitoral deveria ser
183 discutido, impreterivelmente, na APAF de Maio, por questões de prazos regimentais; e
184 questiona o que será feito, uma vez que a APAF de maio não acontecerá.
185 **Encaminhamentos:** a) A equipe do CFP vai fazer um levantamento de todas as
186 entidades que se manifestaram favoráveis ao estatuto do desarmamento e outras
187 sociedades que são reconhecidamente favoráveis ao desarmamento. Como, por
188 exemplo: ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CNBB (Conferência Nacional dos
189 Bispos do Brasil), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Instituto Sou da Paz, SBPC
190 (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), MNDH (Movimento Nacional de
191 Direitos Humanos), IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), Parem de
192 nos Matar, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns,
193 Plataforma DHESCA, Coalizão Negra Brasileira, JPD (Juizes para a Democracia),
194 GAJOP (Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares) para, depois disso,
195 buscar uma articulação com elas, no intuito de estabelecer uma parceria. As articulações
196 deverão ser feitas enquanto CFP, não enquanto GT da APAF; b) A Assessoria
197 Parlamentar do CFP deve acompanhar as tramitações na Câmara e no Senado; c) Pautar
198 futuramente para a Plenária, a realização de uma análise da relação Plenário CFP-

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

199 APAF; d) Deixar explícito aos CR's que a possível participação de algum conselheiro
200 do CFP em audiências públicas ou outros eventos não seria como representantes do GT
201 da APAF, mas como representantes do CFP, seguindo a normatização aprovada de
202 Grupos de Trabalho da APAF; e) Pautar para a próxima Plenária, do dia dezessete de
203 abril, deliberar sobre a designação da Comissão Eleitoral, pois esse ponto seria
204 discutido na APAF de maio, mas como ela não ocorrerá, e existe um prazo regimental
205 para a designação da Comissão, é preciso definir as ações possíveis. **11. PROPOSTA**
206 **DE PROJETO DE LEI SOBRE O TELETRABALHO DA ÁREA DA**
207 **PSICOLOGIA e PL 1518/2020 - DISPÕE SOBRE O USO DO**
208 **TELEATENDIMENTO EM ATIVIDADES DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA**
209 **DURANTE A CRISE CAUSADA PELA EPIDEMIA DE COVID-19.** Antonio
210 Virgílio Bittencourt Bastos relata que recebeu o contato do assessor do deputado Ruy
211 Carneiro (PSDB/PB), que trouxe o convite ao CPF para apresentar um projeto de lei
212 sobre o teletrabalho na área da Psicologia. Antonio Virgílio comenta que ele trouxe esse
213 ponto por ser uma questão muito atual, mas que ele não sabe exatamente o que traria de
214 benefício para a Psicologia. Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, comenta que
215 esse é um projeto de lei que permite o atendimento na modalidade de teletrabalho para
216 fins fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais. Miraci menciona que, na opinião
217 dela, esse projeto é um pouco vazio e que não trará grandes benefícios para a
218 Psicologia, considerando que o CFP já tem uma resolução que regulamenta esse tipo de
219 trabalho, a Resolução 011/2018. **Encaminhamentos:** a) O Conselheiro Virgílio vai
220 pesquisar a questão do PL que ele citou na reunião, que fala sobre Terapia ocupacional,
221 em parceria com a Assessoria Jurídica e a Assessoria Parlamentar do CFP; b) Quando
222 tiverem os subsídios necessários, o ponto será repautado para a Plenária. **12. PL**
223 **1263/2020, QUE REDUZ TEMPORARIAMENTE OS VALORES DAS**
224 **ANUIDADES DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS e EMENDA 925 À MPV**
225 **936/2020, SOBRE A REDUÇÃO PELA METADE DAS ANUIDADES DOS**
226 **CONSELHOS PROFISSIONAIS; EMENDA 925 À MPV 936/2020, SOBRE A**
227 **REDUÇÃO PELA METADE DAS ANUIDADES DOS CONSELHOS**
228 **PROFISSIONAIS.** Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, explica o tramite do
229 PL 1263/2020 e da Emenda 936/2020, ambos dispõem sobre a redução do pagamento
230 das anuidades dos conselhos de classe. Ela destaca sua preocupação, especialmente a
231 respeito da Emenda 936/2020, que já está num processo bem avançado. Miraci sugere
232 alguns encaminhamentos. **Encaminhamentos:** a) Assessoria Parlamentar do CFP
233 acompanhar o PL; b) A área técnica do CFP deve criar subsídios, o mais rápido
234 possível; c) Assessoria Parlamentar do CFP deve encaminhar os subsídios elaborados
235 para as lideranças dos partidos; d) Gerência de Relações Institucionais deve fazer
236 articulação com o Conselho para discutir formas de atuação conjuntas. **13. PLS 414 -**
237 **ESTABELECE UM PERCENTUAL MÍNIMO PARA CADA SEXO NA**
238 **COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DOS CONSELHOS**
239 **FISCALIZADORES DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS E DA OAB.**
240 Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, explica ao plenário que o Projeto de Lei

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

241 do Senado - PLS 414/2018 estabelece um percentual mínimo para cada sexo na
242 composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões
243 regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil. Ela menciona que esse é um PL
244 de autoria do Senador Dalirio Beber (PSDB/SC) e que está na pauta da Comissão de
245 Constituição e Justiça do Senado Federal, com parecer favorável, em decisão
246 terminativa e seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados. **Encaminhamentos:**
247 Assessoria Parlamentar do CFP irá acompanhar a tramitação e pautar novamente numa
248 plenária, quando necessário. **14. E-PSI E ATENDIMENTO ONLINE.** Rodrigo
249 Acioli Moura explica que pediu para pautar esse ponto com o objetivo de informar ao
250 plenário o andamento das questões relacionadas ao E-Psi e ao atendimento online. Ele
251 comenta que estão chegando muitas demandas e questionamentos de profissionais e dos
252 Crs a respeito disso. Ele relembra que quando é discutida a questão da tecnologia
253 vinculada à Psicologia, existe um pensamento direcionado apenas ao atendimento on
254 line, mas na verdade, essa temática é muito mais ampla do que isso. Essa questão da
255 tecnologia vinculada à Psicologia abrange mais de seis tópicos, como o cadastro no
256 sistema de inscrições e documentos, aplicativos com robôs atendendo à população,
257 propagandas e divulgações de atendimentos on line, entre outros. Rodrigo sinaliza
258 então a necessidade de, em algum momento, haver a ampliação da discussão sobre esse
259 assunto. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega acrescenta que essa ampliação já
260 era esperada, e que no momento oportuno, cada uma delas passará a ser discutida pelo
261 Sistema, em parceria com as áreas técnicas do CFP. **Encaminhamentos:** não houve.
262 **15. EMERGÊNCIAS E DESASTRES.** Marisa Helena Alves comenta que em virtude
263 das ações recentes do CFP em resposta à pandemia e outras atuações de emergências e
264 desastres e considerando a vulnerabilidade da população indígena perante essa situação,
265 ela sugere ao plenário o desenvolvimento de uma atividade, por exemplo uma “live”, no
266 dia dezoito de abril, para falar sobre essa temática sob a ótica indígena, em parceria
267 com a Comissão de Direitos Humanos do CFP e a Comissão de Referências Técnicas
268 do CREPOP. **Encaminhamentos:** a) Realizar uma ação virtual (live, diálogo, etc) e
269 cards para abordar a vulnerabilidade das populações indígenas em meio à pandemia; b)
270 A ideia é fazer o trabalho em conjunto com a Comissão de Referências Técnicas do
271 CREPOP e a CNDH-CFP no dia dezoito de abril, dia do índio; c) Indicações: I.
272 Priorizar Profissionais da categoria que sejam indígenas; II. Nita Tuchá foi indicada
273 para participar desta ação. **16. SITUAÇÃO DA REVISTA PSICOLOGIA:**
274 **CIÊNCIA E PROFISSÃO.** Neuza Maria de Fátima Guareschi informa que no dia
275 primeiro de abril aconteceu, pelo telefone, a primeira reunião da comissão de editores
276 associados, na qual houve uma breve apresentação pessoal de todos, uma apresentação
277 do sistema Scielo de publicação e foi relatada a situação da revista, bem como, a grande
278 demanda de trabalho. Assim, foi acordado a distribuição dos artigos para avaliação entre
279 os membros da Comissão para designação de pareceristas, trabalho considerado
280 prioritário para o momento. Neuza Maria comenta ainda que outras questões e critérios
281 de trabalho serão discutidos na primeira reunião presencial, ou caso seja necessário, será
282 realizada outra reunião telefônica. **Encaminhamentos:** não houve. **17.**

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

283 **QUESTIONAMENTO CRP-03 - AÇÕES CFP REFERENTES AO E-PSI.** Ana
284 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega informa que o CFP recebeu um ofício do CRP 03
285 com questionamentos a respeito das ações do CFP em relação ao e-Psi nesse período de
286 pandemia, no qual o presidente do CRP 03, Renan Vieira de Santana Rocha, menciona
287 que “o CFP tem tomado ações unilaterais que podem desequilibrar as relações parceiras
288 que se estabelecem até o momento e que pretendemos manter”. Ana Sandra sugere que
289 todos leiam o ofício, para que o plenário possa elaborar uma resposta a ele. Houve um
290 breve debate entre os conselheiros sobre como seria redigida a resposta a este ofício.
291 **Encaminhamentos:** a) enviar o Ofício N° 65 (Documento SEI nº 0216963) às
292 conselheiras do CFP, para conhecimento; b) O CFP fará um ofício institucional com
293 respostas técnicas ao CRP 03. A reunião plenária foi encerrada às vinte horas e vinte e
294 cinco minutos. Esta ata foi revisada por mim, Fabián Javier Marín Rueda, Conselheiro-
295 Secretário, e assinada por todos os presentes nomeados.

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adinete Sousa Da Costa Mezzalira, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às



11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 23/05/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0543349** e o código CRC **6FA6B529**.
